



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2000-2001)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE MARÇO DE 2001

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
Manuel Alves de Oliveira

### SUMÁRIO

*O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 15 minutos.*

*Foi aprovado o voto n.º 131/VIII — De pesar pelas mortes provocadas pelo desabamento da ponte sobre o rio Douro em Entre-os-Rios, após o que a Câmara guardou, de pé, um minuto de silêncio. Intervieram, além do Sr. Presidente e do*

*Sr. Ministro da Presidência (Guilherme d'Oliveira Martins), os Srs. Deputados Helena Neves (BE), Isabel Castro (Os Verdes), Paulo Portas (CDS-PP), Octávio Teixeira (PCP), Durão Barroso (PSD) e Francisco de Assis (PS).*

*O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 15 horas e 50 minutos.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 15 horas e 15 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

**Partido Socialista (PS):**

Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
 Alberto Bernardes Costa  
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
 António Alves Marques Júnior  
 António Alves Martinho  
 António Bento da Silva Galamba  
 António de Almeida Santos  
 António Fernandes da Silva Braga  
 António Fernando Marques Ribeiro Reis  
 António Fernando Menezes Rodrigues  
 António José Gavino Paixão  
 António José Santinho Pacheco  
 António Manuel Dias Baptista  
 António Manuel do Carmo Saleiro  
 Armando António Martins Vara  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida  
 Carla Maria Nunes Tavares Gaspar  
 Carlos Alberto  
 Carlos Manuel Luís  
 Casimiro Francisco Ramos  
 Eduardo Ribeiro Pereira  
 Emanuel Silva Martins  
 Fernando Alberto Pereira Marques  
 Fernando Manuel de Jesus  
 Fernando Manuel dos Santos Gomes  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Filipe Mesquita Vital  
 Francisco José Pereira de Assis Miranda  
 Francisco José Pinto Camilo  
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres  
 Gil Tristão Cardoso de Freitas França  
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho  
 Helena Maria Mesquita Ribeiro  
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida  
 Isabel Maria Pinto Nunes Jorge Tinoco de Faria  
 Isabel Maria Soares Pinto Zacarias  
 Jamila Barbara Madeira e Madeira  
 João Cardona Gomes Cravinho  
 João Francisco Gomes Benavente  
 João Pedro da Silva Correia  
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
 Joaquim Sebastião Sarmiento da Fonseca Almeida  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
 Jorge Lacão Costa  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão  
 José Alberto Leal Fateixa Palmeiro  
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
 José Aurélio da Silva Barros Moura  
 José Carlos Correia Mota de Andrade  
 José Carlos da Cruz Lavrador  
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres  
 José da Conceição Saraiva  
 José de Matos Leitão

José Eduardo Vera Cruz Jardim  
 José Ernesto Figueira dos Reis  
 José Manuel de Medeiros Ferreira  
 José Manuel Pires Epifânio  
 José Manuel Rosa do Egípto  
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
 Jovita de Fátima Romano Ladeira  
 Laurentino José Monteiro Castro Dias  
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
 Luís Manuel dos Santos Silva Patrão  
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira  
 Luísa Pinheiro Portugal  
 Luiz Manuel Fagundes Duarte  
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho  
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira  
 Manuel Alegre de Melo Duarte  
 Manuel António dos Santos  
 Manuel Maria Diogo  
 Manuel Maria Ferreira Carrilho  
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria Antónia Moreno Arcias de Almeida Santos  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira  
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço  
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa  
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
 Maria José Vidal do Rosário Campos  
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra  
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura  
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmiento e Castro  
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
 Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca  
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge  
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
 Rosalina Maria Barbosa Martins  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
 Teresa Maria Neto Venda  
 Vítor Manuel Alves Peixoto  
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

**Partido Social Democrata (PSD):**

Adão José Fonseca Silva  
 Álvaro dos Santos Amaro  
 Ana Maria Martins Narciso  
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
 António d'Orey Capucho  
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Manuel Santana Abelha  
 António Paulo Martins Pereira Coelho  
 Armando Manuel Dinis Vieira  
 Armindo Telmo Antunes Ferreira  
 Bruno Jorge Viegas Vitorino  
 Carlos José das Neves Martins

Carlos Manuel de Sousa Encarnação  
 Carlos Parente Antunes  
 Domingos Duarte Lima  
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares  
 Feliciano José Barreiras Duarte  
 Fernando Jorge Loureiro de Reboredo Seara  
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José da Silva Maças  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral  
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
 José António de Sousa e Silva  
 José David Gomes Justino  
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins  
 José Frederico de Lemos Salter Cid  
 José Luís Campos Vieira de Castro  
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
 José Manuel de Matos Correia  
 José Manuel Durão Barroso  
 José Miguel Gonçalves Miranda  
 Lucília Maria Samoreno Ferra  
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Castro de Almeida  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Joaquim Barata Frexes  
 Manuel Maria Moreira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Maria do Céu Baptista Ramos  
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
 Nuno Miguel Sancho Cruz Ramos  
 Pedro Augusto Cunha Pinto  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa  
 Pedro Manuel Cruz Roseta  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
 Pedro Miguel de Santana Lopes  
 Rui Fernando da Silva Rio  
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
 Sérgio André da Costa Vieira

#### Partido Comunista Português (PCP):

Ana Margarida Lopes Botelho  
 António Filipe Gaião Rodrigues  
 Bernardino José Torráo Soares  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas  
 João António Gonçalves do Amaral  
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias  
 José Honório Faria Gonçalves Novo

Lino António Marques de Carvalho  
 Maria Luísa Raimundo Mesquita  
 Maria Odete dos Santos  
 Octávio Augusto Teixeira  
 Vicente José Rosado Merendas

#### Partido Popular (CDS-PP):

António Herculano Gonçalves  
 António José Carlos Pinho  
 António Manuel Alves Pereira  
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
 Luís Pedro Mota Soares  
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró  
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona  
 Narana Sinai Coissoró  
 Paulo Sacadura Cabral Portas  
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes  
 Sílvia Rui Neves Correia Gonçalves Cervan

#### Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

#### Bloco de Esquerda (BE):

Maria Helena Augusto das Neves Gorjão

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Foi entendido, em Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, que a ordem de trabalhos para hoje seria circunscrita à discussão e votação do voto n.º 131/VIII — De pesar pelas mortes provocadas pelo desabamento da ponte sobre o rio Douro em Entre-os-Rios, subscrito por Deputados de todos os grupos parlamentares.

Vou dar a palavra por 5 minutos a cada grupo parlamentar, pela ordem crescente, ou seja, do mais pequeno para o maior.

Para introduzir o debate, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Neves.

A Sr.ª Helena Neves (BE): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O País está de luto. A Assembleia da República está de luto. Cada um de nós está pessoalmente de luto, porque enfrentamos uma tragédia brutal: vidas perdidas, famílias e terras feridas pela perplexidade e pela dor.

Mas esta tragédia era evitável. Estamos perante um desastre anunciado, anunciado e temido pelas populações, o que avoluma o absurdo, o que torna mais insuportável o absurdo.

As tragédias obrigam-nos a consciencializar a nossa fragilidade, essa fragilidade quase sempre negada sob a arrogância da racionalidade tecnocrata. É esta arrogância tecnocrata que conduz ao desprezo pela prevenção, à incuria e ao autismo à voz das populações e das comunidades.

O desastre sucede num País europeu, num País dito em processo rápido de modernização, revelando aqui o lado mais escondido, mas nem por isso menos dominante: a face oculta de um país desprotegido.

Como hoje informa a revista *Visão*, as principais catástrofes semelhantes ocorreram na Índia, na Nigéria, na China, no Quénia, na Bósnia, no Paquistão e no Vietname. A tragédia confronta-nos, assim, não só com a fragilidade humana mas, sobretudo, com a fragilidade da governação, da política face ao País que somos.

Não queremos, aqui e agora, analisar o défice de administração, de governo, de democracia que a tragédia torna manifesto. Mas não podemos deixar de referir que enquanto no imediato, pós-tragédia, responsáveis políticos apresentaram a sua rápida demissão, o Presidente do Instituto das Estradas de Portugal, responsável técnico pela verificação da conservação das estradas e pontes, manteve-se durante muito tempo, até agora, em silêncio e não assume a única atitude possível: a demissão.

Perante esta tragédia, uma urgência se coloca também à Assembleia da República: a discussão, com informação rigorosa, e a tomada de medidas imediatas de prevenção relativamente à insegurança rodoviária de que o País é vítima, para que não se sucedam as tragédias e os lutos. A consciência da fragilidade torna indispensável a defesa, a prevenção, a responsabilização, em suma.

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em nome de Os Verdes, quero, em primeiro lugar, manifestar a nossa total solidariedade para com todos os que viram, de uma forma trágica, de uma forma absurda, de uma forma inesperada, o rio roubar aqueles que lhes eram queridos. Esta solidariedade, por todos os que desapareceram, existe e tem de ser manifestada. Também tem e deve ser manifestada em relação àqueles que viram desaparecer os que lhes eram queridos, os seus vizinhos, os seus amigos, os seus familiares, aqueles que amavam.

Parece-nos que, independentemente de a dor que habita em cada um não poder ser avaliada e não haver meios de a compensar, há seguramente questões sobre as quais devemos reflectir.

Se é certo que não há — e, porventura, ainda bem — formas de determinar com rigor o poder sobre a vida e sobre a morte, há, hoje, seguramente, um conhecimento técnico e científico que nos responsabiliza pelas formas a encontrar para melhor proteger a vida.

Parece-nos que, independentemente de este não ser o momento mais adequado para utilizar politicamente a dor, a morte e o sofrimento, para fazer avaliações e responsabilizações que têm de ser feitas em toda a sua amplitude, há aspectos que não podem ser ignorados. O primeiro é a voz e o grito constante da natureza. O que aconteceu tragicamente em Castelo de Paiva, o que aconteceu no rio Douro, teve consequências políticas, que têm de ser avaliadas em toda a sua amplitude e em toda a sua dimensão.

Não há seguramente uma causa única, há a conjugação de múltiplos factores que, associados, permitiram que esta tragédia tivesse ocorrido. Aquilo que nos parece que é hoje politicamente importante, ou seja, a responsabilidade política deste Parlamento é não só manifestar o pesar e fazer tudo o que for possível para que os corpos sejam resgatados de um rio que, seguramente, não teve culpa pelo que aconteceu, mas é também criar condições para que sejam avaliados e discutidos todos os aspectos de forma aprofundada.

Os aspectos que é necessário discutir prendem-se não só com as estradas, com a falta de prevenção, com a visão muitas vezes curta que existe sobre o que nos rodeia, aspectos que não existem só porque há uma cultura de desresponsabilidade mas que são o resultado de intervenções desastrosas que os homens têm no meio natural, como a pilhagem que tem sido feita designadamente naquele rio, uma pilhagem cujas consequências nunca foram avaliadas.

Parece-nos que este é o momento de equacionar tudo e de tudo fazer para que, em memória dos que sofrem, em memória dos que desapareceram, possamos evitar outros dias de luto e outras perdas de vida manifestamente inúteis, vidas inutilmente desperdiçadas.

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra ao Sr. Deputado Paulo Portas.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Falo como Deputado eleito pelo círculo onde esta tragédia aconteceu. Falo como português igual aos outros e, como todos os outros, segundo creio, sinto uma profunda dor pelo sofrimento das vítimas e uma enorme angústia pela vulnerabilidade do Estado português relativamente a estas tragédias.

Compreendo o dever evidente de a Assembleia da República demonstrar o seu pesar e manifestar a sua solidariedade, mas sinto o dever de perguntar, como o fazem tantos outros portugueses, como é possível que 70 vidas possam perder-se assim e pergunto porquê.

Quero interrogar-me, em primeiro lugar, sobre a ética das responsabilidades. Temos, em princípio, uma Administração Pública que decide, que constrói, que repara e que fiscaliza. Mas que noção de serviço, de exigência, de rigor e de brio temos, hoje, na nossa Administração Pública?

Que degradação da Administração Pública permite a fuga dos quadros, a «partidocracia» nos institutos e, sobretudo, a falta dramática de uma hierarquia de mérito? Como é possível que, tendo um ministério assumido — e, a meu ver, bem — a responsabilidade política pelo que aconteceu, até hoje os responsáveis técnicos tenham desertado cobardemente de dar as suas explicações e de «dar a cara» perante esta tragédia?

Como é possível que sejamos um País que fiscaliza, que inspecciona, que certifica a qualidade ou a segurança dos elevadores das casas, das viaturas e, até, dos brinquedos, mas que não tem um sistema institucional, obrigatório e regular, de fiscalização e inspecção das pontes, dos túneis ou dos viadutos?

Interrogo-me, ainda, sobre a ética da justiça na distribuição dos investimentos, porque há, em Castelo de Paiva, uns milhares de portugueses que não conseguiram fazer ouvir a sua voz, independentemente dos governos, que não conseguiram fazer chegar a sua voz perante a necessidade de tomar decisões sobre infra-estruturas, a necessidade de não serem mais repetíveis nem as pontes centenárias nem aquelas centenas de curvas que, quem conhece aquele concelho sabe, têm de ser percorridas. E que desequilíbrio institucional temos nós, em Portugal, que não permite corrigir uma política de investimentos que se concentra no peso (de cidadania, eleitoral ou político, neste momento, não interessa) dos beneficiários mas não consegue atender ao peso das necessidades?!

Ainda sobre esta ética da justiça na distribuição dos investimentos, pergunto: estamos ou não, colectivamente, a endeusar, em Portugal, as grandes obras e os grandes projectos e a esquecer as pequenas e médias reparações e conservações ou ideias para melhorar a vida de quem está mais longe?!

Quero falar, por fim, na ética da sensibilidade, porque a dor e ao sofrimento se somou (e ninguém gosta que isso venha a acontecer) um certo «circo» de aproveitamentos políticos, às vezes sem decoro nem limites, e ajustes de contas entre personalidade ou entre passados, de que excludo, porque sou testemunha pessoal, a legitimidade que o Sr. Presidente da Câmara de Castelo de Paiva tem — porque a tem! — para falar.

Seria preferível esquecer este tipo de aproveitamentos e concentrarmo-nos no essencial. Se de luto estamos, e estamos, sejamos dignos nesse luto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Subscrevemos o voto de pesar que, neste momento, está a ser apreciado pela Câmara e, do nosso ponto de vista, julgamos que esse voto de pesar, neste momento, no quadro e no contexto em que estamos, diz tudo o que há para dizer.

Certamente, há coisas que não podem acontecer e esta tragédia em Entre-os-Rios não podia ter acontecido. As causas, as razões, essas terão de ser dilucidadas, não apenas para se clarificarem as razões por que este acontecimento sucedeu mas também para evitar acontecimentos idênticos, no futuro.

Mas, como dizia inicialmente, neste momento, a nossa voz, a nossa palavra, o nosso pensamento, em termos do respeito e da dor pelas cerca de sete dezenas de pessoas que faleceram nesta tragédia, está com os seus familiares, que têm a nossa solidariedade. Acompanhamo-los na sua tristeza e desejamos, ou melhor, exigimos que, de imediato, não lhes falte, por parte das instituições do Estado, o apoio, todo o apoio, de que neste momento carecem.

São estas, neste momento, as nossas opiniões e o nosso voto de pesar para os familiares dos falecidos na tragédia de Entre-os-Rios.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Durão Barroso.

O Sr. Durão Barroso (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, em nome do PSD, quero exprimir as mais sentidas condolências aos familiares das vítimas desta tragédia de Entre-os-Rios e fazer votos para uma rápida recuperação dos corpos, de modo a que possam ter lugar os respectivos funerais.

O que há de especialmente trágico nestes acontecimentos é a sensação com que ficamos de que eles poderiam ter sido evitados. Poderiam ter sido evitados se tivessem, em devido tempo, sido ouvidos os apelos da população e da autarquia, os alertas quanto ao estado em que se encontrava a ponte, os apelos para a construção de uma nova ponte.

Mas este é um momento de luto, não é, pois, o momento adequado para uma avaliação completa das responsabilidades do Estado, que existem, quer no plano político, quer no plano técnico. O que podemos e devemos fazer, hoje,

à semelhança do que faz o País, é parar para pensar e reflectir sobre o que aconteceu.

O País, hoje, olha para si mesmo e não gosta daquilo que vê. O País interroga-se e verifica que, por detrás de tantos sinais exteriores de riqueza, ao fim e ao cabo, esta ainda é a triste realidade portuguesa: verifica-se o atraso de uma região que está bem perto do Litoral mas que, na prática, se encontra no mais afastado interior; verifica-se a incúria, a incompetência, o desleixo, a falta de planeamento, a eterna confiança na improvisação, o amadorismo, a falta de capacidade de organização.

Também nós, responsáveis políticos, somos interpelados por esta tragédia e devemos perguntar-nos se estará realmente certa, se tem estado sempre certa a nossa escala de prioridades. Será que nós damos, verdadeiramente, mais importância àquilo que é realmente mais importante? Será admissível existirem tantas obras de fachada quando o essencial não está, ainda, concluído? Será admissível que o Estado continue a meter-se onde não é chamado em vez de fazer o que lhe compete, ou seja, organizar, planear, fiscalizar, garantir o mínimo de condições de segurança, fazer com que os cidadãos possam circular com um mínimo de garantias e de confiança no próprio Estado? Será que o Estado pode intrometer-se em tantos domínios, onde se vem intrometendo, em vez de garantir estas condições e poder assegurar o controle das infra-estruturas, dos bens públicos e dos serviços públicos?

Até quando é que vamos continuar a viver num País de aparências? Até que ponto não devemos reconhecer, como responsáveis políticos e independentemente da posição que ocupamos no governo ou na oposição, que hoje é maior a tentação de governar para o imediato, de procurar o efeito mais fácil, de atacar mais rapidamente aquilo que se oferece fácil, em termos de aparência, do que resolver problemas estruturais verdadeiramente urgentes?

Por estas razões, Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento em que respeitavelmente nos curvamos perante a morte destes nossos compatriotas, há que fazer um exame sério de consciência e, sobretudo, assumirmos a determinação de tudo fazer para que, no futuro, mortes como estas possam ser evitadas. A ser assim, a morte destes nossos compatriotas não terá sido completamente em vão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco de Assis.

O Sr. Francisco de Assis (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quero, em nome do Grupo Parlamentar do PS, começar por exprimir a nossa profunda consternação perante a tragédia sucedida, há três dias, em Entre-os-Rios e manifestar a nossa solidariedade aos familiares e amigos das vítimas. Quero exprimir também um profundo respeito por aqueles que, em circunstâncias tão trágicas, encontraram, no domingo à noite, a morte.

A morte é sempre uma espécie de catástrofe final que está à espera de cada um de nós. Mas uma morte ocorrida nestas circunstâncias tem sempre o condão de chamar mais a atenção para um certo absurdo que também é insito à nossa condição humana.

Por isso, diante de um acontecimento desta natureza, penso que devemos ter pudor, devemos reagir com recato, devemos, muitas vezes, optar pelo caminho do silêncio, silêncio que é, até, a forma de manifestarmos o limite da nossa compreensão racional em relação ao próprio fe-

nómeno da morte em si, aqui materializado de uma forma tão física que nos causa, a todos, uma enorme perturbação no mais íntimo das nossas sensibilidades individuais e que causou, seguramente, uma enorme perturbação no mais íntimo da sensibilidade colectiva do País. Por isso, se há muitos debates a fazer, penso que hoje é justamente o dia em que não podemos nem devemos fazer qualquer debate, aqui, na Assembleia da República, porque não é possível levar a cabo, com serenidade, com racionalidade, com seriedade, um debate estribado na dor e tendo sempre como referência a tragédia que ocorreu ainda há tão pouco tempo.

Não há, Srs. Deputados, seguramente, pior e mais repugnante forma de demagogia do que aquela que visa aproveitar a dor e estribar-se numa tragédia. Tenhamos um profundo respeito por aqueles que morreram. Façamos as reflexões que devemos fazer. Aliás, pensamos que é essencial que se faça, na altura própria, dentro de dias, um debate sobre tudo quanto aconteceu, pois é preciso que sejam apuradas responsabilidades e todos devemos assumi-las em toda a plenitude. Mas, neste momento, é necessário que concentremos os nossos esforços nacionais na tentativa de minorar o sofrimento daquelas pessoas.

É necessário resolver, muito rapidamente, o problema da ligação entre as duas margens do rio. É necessário enviar todos os esforços e recorrer a todos os meios que estão à disposição, quer no plano nacional, quer até no plano externo, se for caso disso, para garantir a mais rápida remoção dos cadáveres, porque também não tenho a mínima dúvida de que a circunstância de ainda não terem sido resgatados os corpos prolonga, de forma absolutamente aflitiva, o sofrimento daqueles que se confrontam com uma tão drástica tragédia.

Assim, neste momento, o que temos a dizer é, essencialmente, isto mesmo: há instantes, há momentos, na vida em geral e na vida política muito em particular, em que temos uma consciência muito profunda da limitação da linguagem humana e que as palavras apenas nos levam a ter uma consciência mais profunda da incapacidade para dizer seja o que for. Este é, para mim, um desses momentos e, por isso, reduzo-me ao silêncio, que é também uma forma de nos reduzirmos àquele que é um aspecto fundamental da nossa condição de homens e de mulheres, perante o profundo mistério que uma morte e uma tragédia sempre encerram.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Ministro da Presidência pediu para intervir neste debate, pelo que tem a palavra.

O Sr. Ministro da Presidência (Guilherme d'Oliveira Martins): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em nome do Governo, quero começar por exprimir as mais sentidas condolências aos familiares de quantos perderam a vida no trágico acidente da ponte sobre o rio Douro entre Entre-os-Rios e Castelo de Paiva e a solidariedade para com as populações atingidas por tão infausto acontecimento.

Portugal está de luto. Todos os portugueses sentem profundamente o que aconteceu e todos exprimem uma particular solidariedade, num ambiente natural de consternação, perante a tragédia ocorrida.

O Governo assume todas as responsabilidades políticas e continua a disponibilizar, no terreno, todos os recursos excepcionais para a recuperação dos corpos e, simultaneamente, para superar as dificuldades que estão à vista de todos.

O Governo reafirma ainda, com veemência, a sua firme determinação no apuramento das causas e, bem assim, de todas as responsabilidades que estiveram na origem deste trágico acidente que nos enlutou a todos. Mas importa combater o fatalismo e assumir as responsabilidades políticas, administrativas e cívicas, na lógica de uma autêntica ética de responsabilidade.

Mais do que procurar bodes expiatórios, temos de honrar a memória dos desaparecidos, com exigência, com rigor, com capacidade de prevenção, com espírito autêntico de serviço público. Temos de nos interrogar sobre a essência do Estado democrático e da sociedade democrática e sobre a essência das responsabilidades colectivas, no momento em que, recusando a vertigem do imediato, temos de assumir que é de circunstâncias como esta que devemos retirar todas as consequências para reforçarmos a vida democrática, para reforçarmos a solidariedade e para reforçarmos um espírito autêntico de serviço público. A memória de quantos morreram merece-nos isso mesmo.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro da Presidência, Srs. Secretários de Estado, Srs. Deputados, quer eu, quer os restantes membros da Mesa, associamo-nos, naturalmente, com a máxima sinceridade que o nosso coração pode, às vossas manifestações de pesar. Erguemos o nosso pensamento para a memória dos que morreram e exprimimos a nossa solidariedade com a dor das famílias que perderam os seus entes queridos, fazendo também votos no sentido de que tudo possa ser feito para reparar até onde é possível o problema que foi criado quer à região onde ocorreu o acidente, quer às famílias enlutadas, quer aos portugueses, em geral, se tal é possível, na medida em que se trata de uma causa nacional.

Srs. Deputados, vou proceder à leitura do voto n.º 131/VIII — De pesar pelas mortes provocadas pelo desabamento da ponte sobre o rio Douro em Entre-os-Rios, subscrito por Deputados de todos os grupos parlamentares, para que o País, que está a acompanhar esta sessão, possa também conhecê-lo.

O voto é do seguinte teor:

O País está de luto. Um brutal acidente de enormes proporções e excepcional gravidade, desses que estão para lá dos infortúnios que com quase regularidade afectam a vida dos povos e que marcam a negro uma data fatídica, provocou o desabamento da ponte sobre o rio Douro em Entre-os-Rios, a queda nas águas revoltas de um autocarro e pelo menos duas outras viaturas ligeiras e a morte de um número ainda indeterminado de ocupantes dessas viaturas, que se estima em sete dezenas.

Regressavam, seguramente felizes, de uma visita às amendoeiras floridas que nesta época enchem de cor o nordeste transmontano. O rio enfurecido, após intempéries que há largo tempo também não aconteciam, é agora o seu túmulo provisório, até que tenham êxito os esforços que estão sendo feitos para recuperar os corpos das vítimas, e deles fazer entrega às famílias que, em desespero e dor lancinante, esperam a hora de poderem enterrar os seus mortos.

Particularmente enlutado se encontra o concelho de Castelo de Paiva, de onde a maioria das vítimas era natural. Numerosas famílias perderam entes queridos e, nalguns casos, faleceram famílias inteiras. O País, todo ele, que acompanha através dos órgãos de comunicação social o relato do ocorrido, solidário com a dor maior dos que per-

deram os seus, questiona-se sobre como foi possível ter acontecido o que aconteceu, sobre que causas, sobre que eventuais responsabilidades, tão certo é tratar-se de um acidente fora da visão mais pessimista das coisas.

É naturalmente exigível o total esclarecimento do que, a esse respeito, puder ser esclarecido. E esse propósito foi já assumido por quem tinha o dever de assumi-lo.

Há que porfiar na rápida recuperação dos corpos imersos. E se a perda de entes queridos, ou mesmo de simples concidadãos, não tem remédio, há consequências do drama que afectou as famílias directamente enlutadas que podem ser minoradas através de formas de apoio, nomeadamente material e psicológico, que não devem ser condicionadas por exercícios jurídicos ou demoras burocráticas. Também a esse respeito há que passar rapidamente das promessas feitas à acção justa e eficaz, para lá do que está sendo feito.

A interrupção da ligação rodoviária entre Castelo de Paiva e Entre-os-Rios, e respectivas áreas de que são pólos, veio criar uma situação imprevista, geradora de constrangimentos de vária ordem, e de difícil solução imediata. Impõe-se que o Governo dê prioridade ao propósito, já anunciado, de encarar uma solução prática e provisória de passagem de margem a margem do rio Douro, enquanto não puder ser construída, também tão rapidamente quanto possível, a nova ponte que em definitivo há-de resolver o problema.

A Assembleia da República, interpretando como é seu dever esta hora de luto, tem hasteada a meia haste a sua bandeira e vai limitar o Plenário de hoje à aprovação deste sincero e dorido voto de pesar pela perda de tantas vidas, pela dor e pelo luto de tantas famílias, endereçando a estas as condolências mais solidárias e mais sentidas.

A Assembleia da República expressa ainda os seus melhores votos para que, tão rapidamente quanto possível, sejam recuperados e possam repousar em paz os corpos das vítimas, garantindo às respectivas famílias o apoio material e psicológico a que têm direito; seja restabelecida uma forma provisória e expedita de ligação entre as duas margens do rio Douro; e seja concretizado sem demora o projecto de uma ligação definitiva.

Srs. Deputados, vamos dar expressão democrática a este nosso de pesar, submetendo-o à votação.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Srs. Deputados, vamos guardar, de pé, um respeitoso minuto de silêncio.

*A Câmara guardou, de pé, um minuto de silêncio.*

Srs. Deputados, o voto será enviado às famílias das vítimas e às autoridades locais da região afectada.

Saliento que estão a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 20 alunos do Instituto Superior de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, um grupo de 50 alunos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, um grupo de 85 alunos da Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos do Tordosendo, um grupo de 67 alunos da Escola Básica dos 2.º e 3.º ciclos Eugénio de Castro, de Coim-

bra, e um grupo de 20 alunos da Escola Profissional de Rio Maior. Agradeço não só a sua presença mas também o facto de se terem levantado durante o minuto de silêncio.

Srs. Deputados, a próxima reunião plenária realiza-se amanhã, às 15 horas, e terá como ordem de trabalhos a discussão conjunta dos projectos de lei n.ºs 123/VIII — Institui o programa nacional de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e cria a respectiva Comissão Nacional (PCP) e 124/VIII — Aperfeiçoa as disposições legais destinadas a prevenir e punir o branqueamento de capitais provenientes de actividades criminosas (PCP).

Está encerrada a sessão.

*Eram 15 horas e 50 minutos.*

*Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:*

#### Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves  
Carlos Alberto Dias dos Santos  
Cláudio Ramos Monteiro  
Isabel Maria dos Santos Barata  
João Alberto Martins Sobral  
José Carlos Lourenço Tavares Pereira  
Manuel Francisco dos Santos Valente  
Rui Manuel Leal Marqueiro  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
Victor Manuel Caio Roque

#### Partido Social Democrata (PSD):

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
Arménio dos Santos  
Artur Ryder Torres Pereira  
Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
Henrique José Monteiro Chaves  
João Bosco Soares Mota Amaral  
Joaquim Monteiro da Mota e Silva  
José de Almeida Cesário  
Maria Eduarda de Almeida Azevedo  
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira  
Mário Patinha Antão  
Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas

#### Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
Alexandrino Augusto Saldanha  
António João Rodeia Machado

#### Partido Popular (CDS-PP):

José Miguel Nunes Anacoreta Correia  
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

#### Bloco de Esquerda (BE):

Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.





# **DIÁRIO** da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

**IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.**

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

**PREÇO DESTE NÚMERO 80\$00 (IVA INCLuíDO 5%)**

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa